

**ESCRAVO,
NEM PENSAR!**

10 anos

memória e registro

justiça

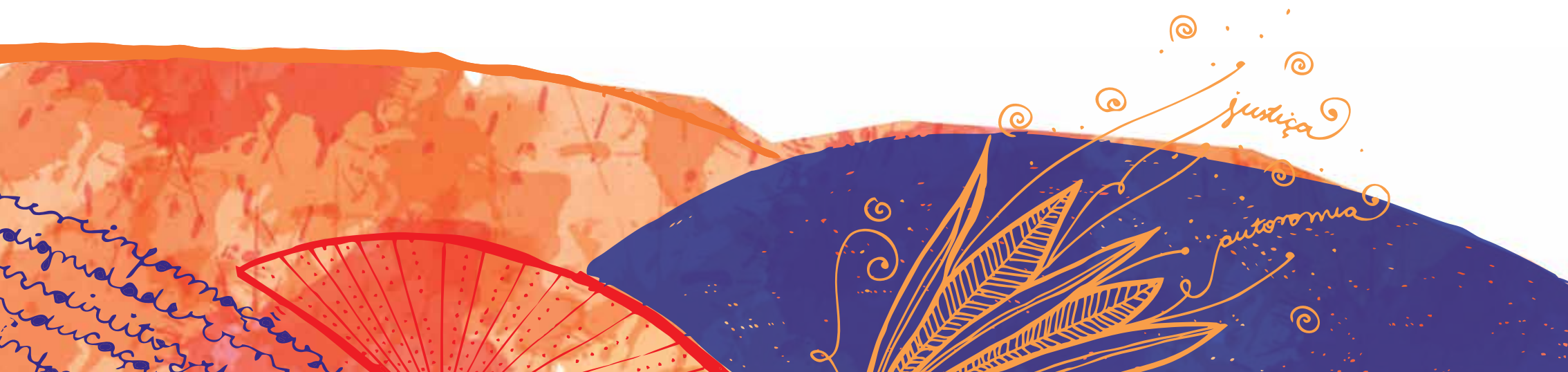
autonomia

*...informação
...diagnóstico
...indivíduo
...educação
...int...*

ESCRAVO,
NEM PENSAR!

10 anos

memória e registro



Repórter Brasil - Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Presidente: Leonardo Sakamoto

Conselho diretivo: Claudia Carmello Cruz, Fernanda Sucupira Gomes, Julián Miguel Barbero Fuks, Paula Monteiro Takada, Rodrigo Pelegrini Ratier

Conselho fiscal: Beatriz Costa Barbosa, João Caldeira Brant Monteiro de Castro, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva

Coordenadores de programas: Daniel Santini (*Agência de Notícias*), Marcel Gomes (*Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis*), Natália Sayuri Suzuki (*Escravo, nem pensar!*)

Equipe do programa *Escravo, nem pensar!*

Coordenadora: Natália Suzuki

Educadores: Marina Falcão, Thaís Favoretto, Thiago Casteli

Estagiária: Fernanda Broggi

Departamento administrativo-financeiro

Coordenadoras: Fabiana Garcia e Edilene Cruz

Assistente financeira: Angélica Costa

Assistente administrativa: Maia Fortes

Estagiária: Tatiane Couto

Expediente da publicação

Escravo, nem pensar! 10 anos: Memória e Registro

Organização: Natália Suzuki

Textos: Equipe *Escravo, nem pensar!* e Carolina Motoki

Revisão: Agnaldo Alves

Projeto gráfico, ilustração e diagramação: Marcela Weigert

Fotos: Arquivo do programa *Escravo, nem pensar!*

Apoio: Catholic Relief Services

www.reporterbrasil.org.br

www.escravonempensar.org.br

Impresso por Indústria Gráfica Itu LTDA

1 mil exemplares

Distribuição gratuita 2014

Todo conteúdo da Repórter Brasil pode ser copiado e distribuído, desde que citada a fonte. Copyleft – licença Creative Commons 2.0

Repórter Brasil: *Escravo, nem pensar! 10 anos: Memória e registro*
Suzuki, Natália (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar' et al. - São Paulo, abril 2014

44 p., 22,5 cm.

ISBN: 978-85-61252-22-9

1. Educação. 2. Trabalho escravo.

I. Título.

CDD 370

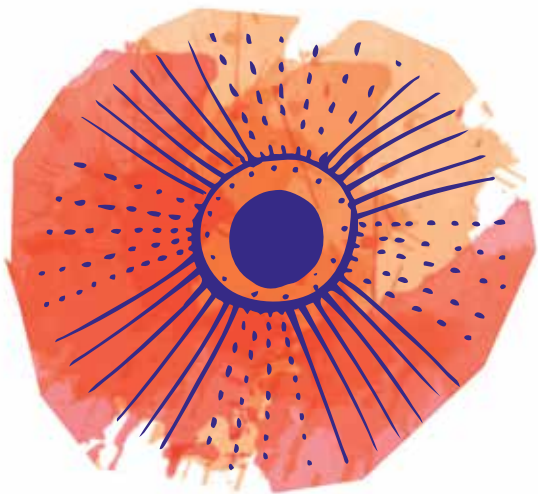
CDU 326



A todos que foram submetidos à severa experiência
do trabalho escravo contemporâneo: heróis.



Cáceres (MT), 2013.



Agradecimentos

Seria impossível nomear todas as pessoas e entidades que contribuíram para a construção e a consolidação do programa *Escravo, nem pensar!* ao longo desses dez anos. Contudo, consideramos relevante deixar registrado aqui o reconhecimento da Repórter Brasil de que o programa não teria chegado tão longe sem a colaboração coletiva, os diálogos, as críticas e o apoio de diversos atores, que colocaram muito de sua energia e confiança nas nossas propostas.



Prefácio

O combate ao trabalho escravo envolve um conjunto de ações e esforços que, somados, contribuem para sua erradicação no país. No Brasil, um dos grandes pilares para o efetivo enfrentamento a essa grave transgressão dos direitos humanos ergue-se em torno de estratégias de prevenção. Nesse tocante, iniciativas que visem a mitigar a vulnerabilidade social de trabalhadores e trabalhadoras, promovendo a conscientização sobre o tema, são essenciais para evitar a perpetuação do problema.

Para isso, a educação é considerada como alicerce fundamental no processo de mobilização de atores sociais no enfrentamento ao trabalho escravo. É com essa proposta que o Programa *Escravo, nem Pensar!* vem se tornando referência diante de sua capacidade de articular educadores e líderes populares de comunidades vulneráveis na multiplicação de conhecimento sobre o tema. Ao propagar e multiplicar informações e valores voltados para a prevenção ao trabalho escravo, o Programa beneficia crianças, adolescentes, jovens, adultos e suas famílias, tornando-os menos suscetíveis ao trabalho escravo.

Tal iniciativa, além de ser reconhecida e apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), tornou-se parte da política pública de combate ao trabalho escravo ao ser incluída como meta no 2º Plano Nacional, lançado no ano de 2008. Assim, à época em que comemora os seus dez anos de existência, o Programa consolida-se como uma ferramenta indispensável na promoção do trabalho decente e no combate à sua antítese – o trabalho escravo – através da educação.

Lais Abramo, diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.





Apresentação



José Pereira Ferreira era como tantos outros trabalhadores que trilharam a mesma estrada sem horizonte: foi trabalhar numa fazenda no sul do Pará, onde perdeu a sua liberdade e foi maltratado. Quando tentou fugir, tomou um tiro no rosto disparado pelos capangas da fazenda, o que lhe custou a visão de um dos olhos. Já o seu companheiro de fuga pagou a ousadia com a vida.

Durante décadas, histórias como a de José Pereira ficaram escondidas e esquecidas no interior de alguma fazenda ou no meio da mata. Muitos crimes restaram silenciados.

A diferença dessa história é que ela não só veio a público, mas causou constrangimento. Por causa da indiferença, negligência, omissão em relação ao crime e da boa dose de cumplicidade com os algozes por parte das autoridades brasileiras, o caso foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1994. José Pereira, mesmo sem querer, foi porta-voz de um grupo invisibilizado e excluídos de direitos.

No ano seguinte, em 1995, o governo brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo no país. Anos mais tarde, em 2003, assumiu uma série de compromissos ao combate dessa violação de direitos humanos, para evitar uma condenação vexatória em nível internacional pelo caso de José Pereira.

Dali em diante, as políticas públicas de repressão ao crime foram criadas e fortalecidas.

Quase duas décadas se passaram, e mais de 45 mil trabalhadores foram libertados em todos os estados brasileiros. Vimos, então, que o trabalho escravo não ocorria apenas no corte da cana, na lida com o gado, na roça da juquira ou nos fornos de carvoarias, mas também em grandes centros urbanos: em oficinas de costura clandestinas, nas obras de empreendimentos de grandes empresas da construção civil e nas casas de prostituição.

Ainda assim, as populações de municípios onde há registros de flagrantes de uso de mão de obra escrava afirmam que essa realidade é inexistente, ou que isso é “coisa do passado”. Por quê?

Ainda que não fossem novidade os abusos e a exploração a que trabalhadores rurais estavam submetidos, esses “causos” pareciam longínquos, remotos à realidade de muita gente. Ou então, por serem tão frequentes, passam despercebidos como uma brisa.

Em muitos lugares do país, a prática do trabalho escravo não é reconhecida porque ela está arraigada nas relações de trabalho. Assim, a exploração é um elemento inerente às atividades do trabalhador, que pouco se questiona sobre as condições a que estará submetido, já que o trabalho que conhece é assim, porque assim sempre foi e será. Aliás, quando não há opção, do que se pode reclamar?

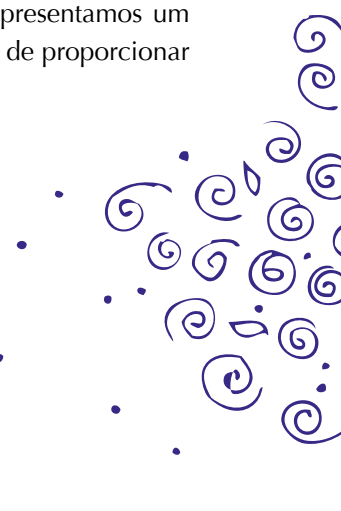
Assim, a desnaturalização da prática é fundamental para o combate do trabalho escravo. Tanto a repressão ao crime como a assistência à vítima, ambas sendo linhas de ação de enfrentamento ao problema, como é a prevenção, não impedem que a violação ocorra. Elas incidem posteriormente à vítima ter sido aliciada e explorada. Ainda que o indivíduo venha a ser libertado, uma série de prejuízos incalculáveis já foi infligida a essa pessoa. Mais do que acabar com a situação de escravidão, é preciso antecipar-se a ela para evitar que haja vítimas, pois nem todos os remédios serão suficientes para curar as feridas que essa violação gera.

Nesse contexto, o programa *Escravo, nem pensar!* tem utilizado a educação para a prevenção do trabalho escravo. Em 2014, completamos dez anos de trajetória.

Nas próximas páginas desta publicação comemorativa, apresentamos um pouco das atividades que empreendemos e que foram capazes de proporcionar transformações Brasil afora.

Boa leitura!

Natália Suzuki, coordenadora do programa *Escravo, nem pensar!*



*Alunos da escola
municipal Pedro Vale de
Marabá (PA), apoiada
pelo ENP! em 2010,
preparam-se para
representação teatral.*



Sumário

13 Institucional

- 13 Nossa missão
- 14 Objetivos estratégicos
- 14 Quem somos
- 14 Breve histórico
- 14 O que fazemos

19 Princípios do programa

22 Onde atuamos

24 Linha do tempo: as conquistas do ENP!

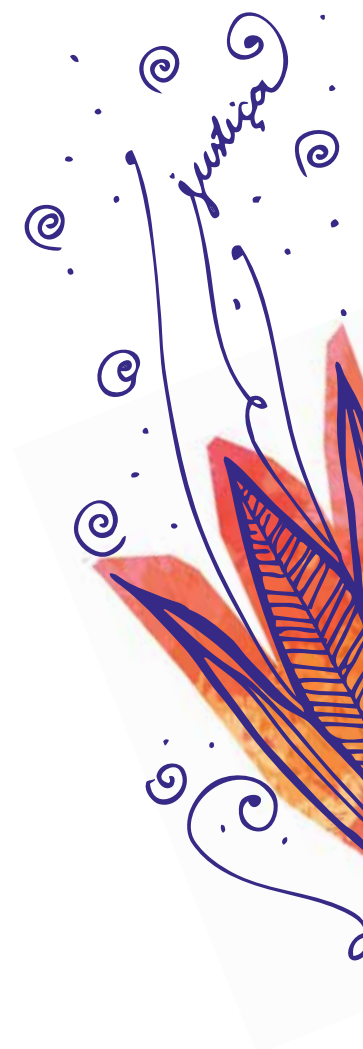
31 Histórias de vida

- 32 “Eu voltei a falar”
- 33 “O Escravo, nem pensar! mudou a minha vida”
- 34 “A formação foi decisiva para nortear a função social da escola”
- 35 “Hoje não me sinto inferior a ninguém”

37 Nossas memórias e registros

- 38 Vivências
- 40 Essências
- 41 O programa funciona ...
- 42 ‘Causos’

45 Apoio e parcerias





*Apresentação cultural
no Festival da Abolição,
Tocantins, 2008.*





Institucional

Nossa missão

Diminuir o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas à de escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação.



Atividade de formação
de projeto financiado
pelo ENPI, em Marabá
(PA), 2010



Objetivos estratégicos

- © Difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e de trabalho escravo contemporâneo, como forma de combater essas violações de direitos humanos.
- © Promover o engajamento de comunidades vulneráveis na luta contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

Quem somos

O *Escravo, nem pensar!* (ENP!) é o primeiro programa educacional de prevenção ao trabalho escravo em âmbito nacional. Com o desenvolvimento de metodologia educacional própria, desde 2004 o ENP! atua em comunidades, localizadas em áreas de alta vulnerabilidade socioeconômica, suscetíveis a violações de direitos humanos como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas.

Breve histórico

O ENP! teve início em 2004, graças a uma parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Sua fundação se deu em resposta às demandas do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, documento elaborado por representantes do poder público, da sociedade civil e de organismos internacionais e lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2003. No 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, de setembro de 2008, o *Escravo, nem pensar!* foi incluído nominalmente, por decisão unânime dos membros da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). A meta de número 41 do Plano estabelece: “Promover o desenvolvimento do programa *Escravo, nem pensar!* de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo”. Atualmente, é também meta de planos estaduais do Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão.

Assim, ao longo de uma década o programa tem se tornado política pública das esferas municipal, regional, estadual e nacional. Em razão disso, o trabalho escravo tem se consolidado como tema transversal nos currículos das escolas públicas do país.

O que fazemos

Desde 2004, o *Escravo, nem pensar!* atuou em mais de 130 municípios de nove estados brasileiros, com a participação de aproximadamente 250 mil pessoas, por meio do desenvolvimento das seguintes ações educacionais.

Elaboração de metodologias educacionais para temas de direitos humanos.

O programa se dedica à elaboração de instrumentais didático-pedagógicos e à abordagem de conteúdos voltados à construção de experiências educacionais transformadoras, críticas e progressistas.

“A metodologia do Escravo, nem pensar! é muito feliz porque ela é multiplicadora e atinge a população que realmente precisa ser atendida. O resultado de trabalhar a educação como forma de prevenção pode demorar um pouco, mas é um dos caminhos e é fundamental.”

Luiz Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT no Brasil

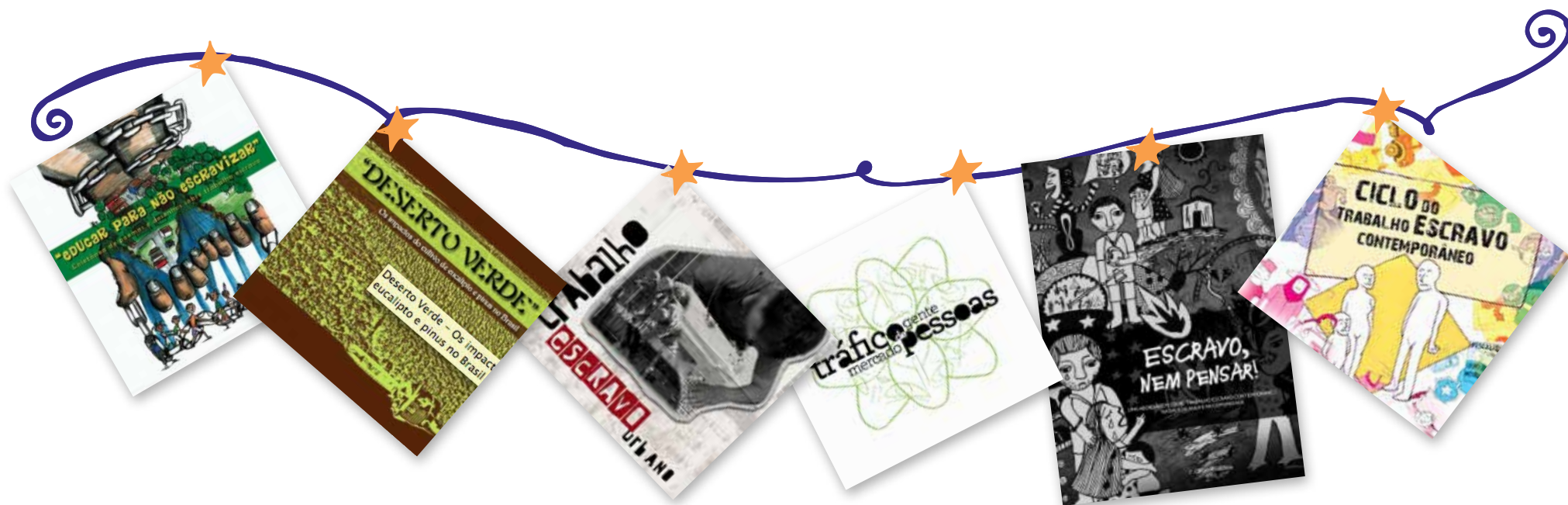
Realização de formações para educadores da rede pública e de lideranças comunitárias.

Em dez anos, o programa realizou mais de 50 formações em municípios das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, para um público de três mil educadores e lideranças comunitárias.

Publicação de materiais didático-pedagógicos (publicações, planos de aula, jogos etc.).

O ENP! se especializou no desenvolvimento de materiais que abordam o tema do trabalho escravo e assuntos correlatos a partir de uma metodologia única. Já foram distribuídos gratuitamente 207 mil exemplares desses materiais.

Formação de professores em Eldorado dos Carajás (PA), em maio de 2013.



Cartilha: "EDUCAR PARA NÃO ESCRAVIZAR"

Caderno temático: DESERTO VERDE – OS IMPACTOS DO CULTIVO DE EUCALIPTO E PINUS NO BRASIL

Fascículo: TRABALHO ESCRAVO URBANO

Caderno temático: TRÁFICO DE PESSOAS – MERCADO DE GENTE

Livro: ESCRAVO, NEM PENSAR! – UMA ABORDAGEM SOBRE TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA SALA DE AULA E NA COMUNIDADE

Fascículo: CICLO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO



Crianças participantes do projeto 'Trabalho escravo: esclarecer, educar e transformar' de Marabá (PA), apoiado pelo ENP! em 2010.

Assessoria pedagógica e financeira para experiências comunitárias.

Desde 2007, o programa apoiou 95 projetos dedicados ao combate ao trabalho escravo, desenvolvidos por educadores e comunidades locais, que envolveram cerca de 65 mil pessoas.

Apoio a festivais e concursos culturais de âmbito municipal e/ou estadual.

Com a parceria de organizações locais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e secretarias municipais de educação, o programa apoiou e realizou grandes eventos que envolveram comunidades inteiras em ações de combate ao trabalho escravo, como os que aconteceram no Maranhão, Pará e Tocantins, entre 2007 e 2008, e mobilizaram mais de 20 mil pessoas.



Trabalhador assinando sua carteira de identidade no “Balcão de Documentos”, organizado no Festival da Abolição, no Tocantins, em 2008.



1. Em 2006 e 2010, o programa Escravo, nem pensar! realizou formações para professores e gestores da educação em Xinguara (PA), em parceria com a CPT. Dessa ação, foram criados projetos dedicados à abordagem do tema de trabalho escravo, os quais foram protagonizados pelas escolas locais.

2. A ‘lista suja’ – Cadastro de Empregadores da Portaria Interministerial, regulado pela portaria 02/2011, do Ministério do Trabalho Emprego (MTE) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) – é a relação de empregadores flagrados empregando mão de obra escrava e que tiveram oportunidade de se defender em primeira e segunda instâncias administrativas, antes de ser confirmado o conjunto de autuações que configuraram condições análogas às de escravo. O MTE e a SDH/PR são os responsáveis por manter e atualizá-la a cada seis meses.

Assessoria para a institucionalização do tema do trabalho escravo e assuntos correlatos em planos de educação das escolas e municípios, além da colaboração para a sua abordagem na sala de aula e em atividades cotidianas de entidades da sociedade civil.

“A gente percebia que a CPT [Comissão Pastoral da Terra] era uma entidade muito solitária para trabalhar essa realidade num contexto político de bastante polarização que existia na nossa região. De um lado, os grandes fazendeiros, de outro lado, os trabalhadores e a CPT. A gente era muito sozinha e via que era necessário dar mais visibilidade para essa problemática no conjunto da sociedade e atingir outros segmentos. A proposta do Escravo, nem pensar! coincidia com preocupações que tínhamos na época.

Essa parceria [entre CPT e Escravo, nem pensar!] contribuiu, de forma muito saudável e interessante, para dar visibilidade à realidade tão trágica e séria do trabalho escravo aqui na região e para desconstruir, no imaginário, o medo de tratar o tema.

O curso¹ aconteceu de forma interessante. Os professores saíram muito motivados [da formação], as escolas começaram a tocar projetos multidisciplinares. Em várias, que faziam culminâncias, havia participação de pais, além da meninada e dos professores. A rádio foi utilizada como veículo para fazer divulgação e mobilização. Então, um problema que era tratado muito reservadamente começou a ir para a esfera pública. No imaginário dos diversos segmentos, foi havendo uma abertura para encarar o problema. ‘De fato, o trabalho escravo é uma realidade.’ E sempre se dizia: ‘Não são todos os fazendeiros, mas há os que praticam, é uma questão muito séria e muito grave e que deve ser combatida’.

Também, gradativamente, várias figuras daqui de Xinguara foram parar na ‘lista suja’². Então, junta todo o trabalho de informação e visibilidade com ações de repressão por parte do Estado. Os fazendeiros foram vendo que tinham que mudar as suas práticas – em alguns casos mudando de fato a forma de tratar os trabalhadores, em outros casos tentando encobrir e tomando cuidados para evitar denúncias’.”

Aninha de Souza Pinto, agente da Comissão Pastoral da Terra em Xinguara (PA)



Alunos da escola Ciranda Cirandinha de Xinguara (PA), que desenvolveram projeto sobre trabalho escravo, com apoio do ENPI, em 2011.



Princípios do programa

O *Escravo, nem pensar!* segue princípios para o desenvolvimento de suas ações, que orientam a sua metodologia pedagógica, os processos internos da equipe e a relação com os seus participantes e parceiros.

Valorização do conhecimento prévio

A construção do conhecimento e de todos os processos deve se dar de forma coletiva, horizontal e dialógica. Todos, em suas diferentes atribuições, são igualmente valorizados, têm voz e contribuem com seu ponto de vista e experiência.

“Há a preocupação com o saber profissional do professor, não só do tema do trabalho escravo, mas da atuação dos professores. Acaba sendo uma troca de experiências pedagógicas que tangenciam o tema: trabalhar com a realidade local, experiências que envolvam os alunos; há cada vez mais espaço para esse diálogo. E tem funcionado. Os participantes dizem: ‘O que vocês propõem é inovador, muito diferente das outras formações só com power point, vocês fazem uma pergunta e eu respondo, ou o companheiro da escola do campo que fala e eu nem sei’. Há também espaço de interação pedagógica mais ampla. Então, há duas linhas: a primeira, de sensibilização sobre o tema, e a outra, do fazer profissional, que tem linguagem e instituição própria”.

Thiago Casteli, educador do programa
Escravo, nem pensar! desde 2010

Mobilização e autonomia dos indivíduos

A experiência educacional deve propiciar a autonomia dos indivíduos diante de uma situação que deve ser mudada. Estes devem ser protagonistas não apenas no processo educativo, como também na transformação da realidade que os cercam.



“O interessante é que a gente utiliza a própria capacidade desses professores, sua relação didática, sua relação com a comunidade em geral como vetor de uma mensagem. A gente não pede para ele sair das suas capacidades, das suas possibilidades. Explora e potencializa uma capacidade existente, dando confiança e subsídio. Vocês [ENP!] experimentaram com movimentos sociais e lideranças e parece mais difícil. Pra esse tipo de público, lideranças e movimentos, exige um fazer diferente da rotina, uma novidade. No caso dos professores, é na sala de aula, com seu público normal; [é possível] chamar os pais e levar para a rua os meios com os quais trabalha. Eu vejo uma melhor integração e continuidade. Não que não mude o dia a dia deles [professores], porque claro que traz novidade, mas é muito mais prático e valorizante para ele integrar [as atividades em seu cotidiano]. (...) O impacto é óbvio nas ações e nas iniciativas assumidas [pelos professores], com coisas inesperadas a se realizarem em municípios onde a gente não tinha essa capacidade de intervenção.”

Xavier Plassat, agente da Comissão Pastoral da Terra em Araguaína (TO)

Criatividade e participação

Ações profícuas nem sempre requerem grandes investimentos. A criatividade e a participação podem ser o ponto de partida para a elaboração de projetos transformadores que incidam efetivamente na realidade.

*Formação com
trabalhadores no
Acampamento Bom Jesus
(TO), 2011.*





Dialogismo

O diálogo entre o educador e o educando é fundamental para uma experiência educacional transformadora. Assim, é preciso estar aberto às informações, conhecimentos e proposições que o público traz para os momentos de interação. Além disso, o diálogo também deve ocorrer entre a teoria dos conteúdos da formação e a realidade local.

“Uma das riquezas da metodologia era justamente a capacidade de ir se ajustando, tanto de acordo com o amadurecimento da equipe quanto com relação às situações de conjuntura e às situações daqueles municípios, com as revisões e a customização de partes específicas da metodologia: no Pará, abordar a pecuária; no Mato Grosso, a migração de forma diferente... A formação é pensada para cada região e é natural que vá mudando de acordo com a urgência política do momento e do local onde vamos atuar.”

Fabiana Vezzali, educadora e coordenadora entre 2008 e 2011

Inter-relação de conteúdos

Um tema deve ser abordado a partir de elementos que compõem a realidade, formando um panorama de causas e consequências. Dessa forma, evita-se a fragmentação que pode gerar a compreensão parcial dos conteúdos.

*Atividade de formação
com comunidade em
Marabá (PA), 2011*

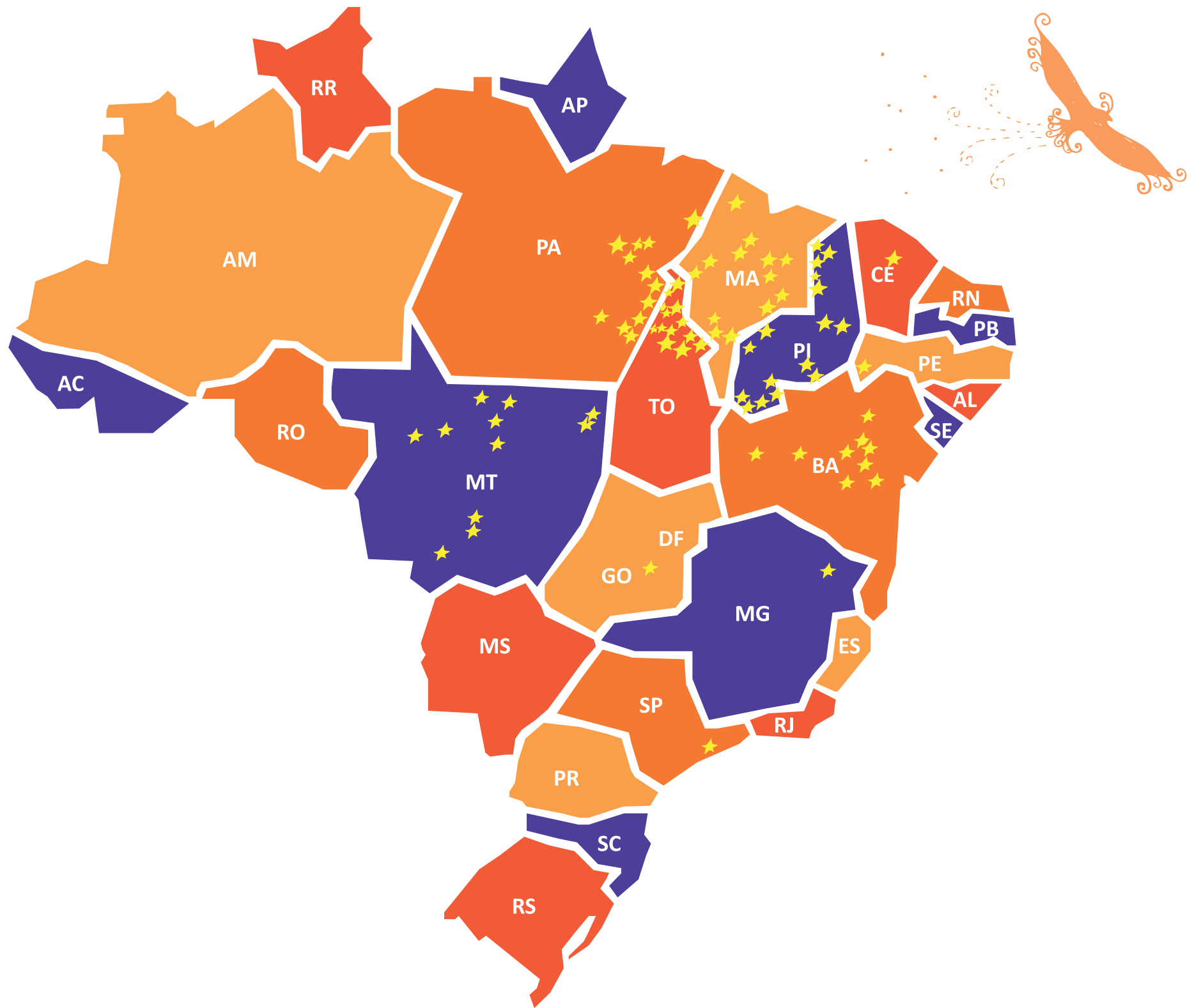


Onde atuamos

Além do trabalho com o jornalismo da Repórter Brasil, cujo impacto é imediato, era necessário criar uma ação que envolvesse a educação, para se construir resultados a médio e longo prazo. Essas duas áreas – Jornalismo e Educação – são como duas metades, complementares na ação e nas suas motivações. São dois elementos necessários.

Leonardo Sakamoto, presidente da ONG Repórter Brasil.





Linha do tempo: as conquistas do ENP!

2004

★ Criação do ENP!

"Foi um projeto que sempre apoiei, que sempre enxerguei como fundamental, como muito importante. O primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo tinha ações preventivas, que não saíram do papel. Uma das poucas oportunidades de ação preventiva que vi é o Escravo, nem pensar!. Por quê? Porque o ENP! leva informação, e isso é prevenção! Na medida em que você leva informação à pessoa, você dá uma alternativa à pessoa."

Luis Antonio Camargo, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho

"Quando o Escravo, nem pensar! foi criado, a gente ainda estava em uma fase muito anterior de discussão. O programa acaba suprimindo uma lacuna: a capacitação e a conscientização de atores."

José Armando Guerra, coordenador-geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae)

★ Publicação do Almanaque Escravo, nem pensar!

*Apresentação cultural
do concurso de
Xinguara (PA), 2007.*

2005

★ Primeiras formações em Bom Jesus das Selvas (MA) e Barras e União (PI)

2006

★ Publicação do Almanaque do Alfabetizador

★ Formações em Açailândia, Riachão, Santa Luzia (MA), Breu Branco e Xinguara (PA), Corrente, São Raimundo Nonato, Uruçuí (PI), Araguaína e Axixá (TO)



2007

★ Instalação do escritório regional de Araguaína (TO)

“Na minha primeira viagem ao Tocantins, passei 20 dias em março de 2007 na região: realizei a formação de Ananás com Joana Moncau e o encontro de acompanhamento em Axixá; acompanhei a formação em Xambioá e passei um final de semana chuvoso em Araguaína. Fiquei impressionada com o local, a luta que historicamente marcou o norte do estado, e a mobilização de diversas pequenas organizações que surgiram após a conquista da terra. No meu retorno a São Paulo, disse que toparia me mudar para o Tocantins, caso a Repórter Brasil decidisse que era a hora de ter o escritório no Norte.

Escolhemos Araguaína pela centralidade da cidade – entre o Pará e o Maranhão, com fácil acesso de transporte aos dois estados – e pela presença da Comissão Pastoral da Terra, mais especificamente da coordenação da ‘Campanha De Olho Aberto para Não Virar Escravo’, na figura de Xavier Plassat. Essa proximidade estreitaria os laços da Repórter com a organização parceira e facilitaria a nossa ‘entrada’ na região. Em apenas seis meses me mudei para lá, e implantamos o escritório em setembro com financiamento da CRS.”

Carolina Motoki, coordenadora do escritório regional do ENP! de 2007 a 2012

★ Lançamento da radionovela *Escravo, nem pensar!*, em parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia (MA)

★ Lançamento do livro *Escravo, nem pensar!* – Como abordar o trabalho escravo na sala de aula e na comunidade

★ Apoio à realização de concursos *Trabalho Escravo hoje no Brasil*, em Xinguara (PA)

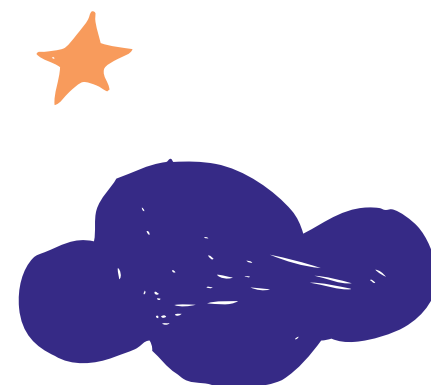
★ Publicação da coletânea de trabalhos do concurso de Xinguara, com a CPT e a Secretaria Municipal de Educação de Xinguara.

★ Formações em Itaberaba, Ruy Barbosa (BA), Paraibano (MA), Colíder (MT), Nossa Senhora dos Remédios (PI), Ananás, Xambioá e Wanderlândia (TO)

★ Criação do *Fundo de apoio a projetos do Escravo, nem pensar!*

“Sem o financiamento de projetos por parte do Escravo, nem pensar!, é possível que uma ou outra escola desenvolvesse [ações], como aconteceu em Xinguara. Agora, não tenho nenhuma dúvida de que o apoio a esses projetos permite uma mobilização mais ampla do grupo de professores para trabalhar de maneira mais articulada e multidisciplinar. A iniciativa acaba sendo um estímulo também para garantir a continuidade do processo educativo. Essa estratégia é muito interessante. E outro ganho é que envolve a comunidade escolar (professores e funcionários) e, nas culminâncias, os pais e até a opinião pública em geral. Por exemplo, em Rio Maria (PA), a rádio foi uma parceira muito interessante para realizar alguns programas; gente que não participa de escola ou culminância, mas que ouve rádio, entrou em contato com a problemática. A iniciativa dos projetos comunitários é um estímulo para continuidade e envolve outros grupos.”

Ana de Souza Pinto, agente da CPT em Xinguara (PA)



Linha do tempo: as conquistas do ENP!

2008

- ★ Correalização do Festival da Abolição, em nove municípios do Tocantins, com a CPT e parceiros locais

“Em 2008, fui a Araguaína e acompanhei algumas apresentações do Festival da Abolição e lembro bem de quando fomos a Xambioá. O empenho de alunos e professores, as apresentações impecáveis, a população presente me emocionaram muito, e lembro que aquilo tudo me fez pensar: ‘Nossa, o que esse pessoal faz é importante!’.”

Marina Motoki, educadora do ENP! desde 2012



Apresentação teatral no Festival da Abolição, 2008.

2009

- ★ Encontro Nacional do Escravo, nem pensar! (Açailândia, MA)

“O Encontro Nacional do Escravo, nem pensar!, realizado em 2009, sintetiza para mim o espírito corajoso, solidário e comprometido da equipe e que sempre marcou o programa. Antes e durante o encontro foi possível perceber a ousadia de realizar um evento grande com poucos recursos financeiros, constatar o esforço de agregar parceiros em torno dos objetivos do programa e, principalmente, ver centenas de pessoas de locais distintos do país envolvidas na luta pela erradicação do trabalho escravo, interessadas em aprender e conhecer novas pessoas, sentindo-se parte desse programa que só existe por causa delas.”

Fabiana Vezzali, educadora e coordenadora do programa entre 2008 e 2011

- ★ Formações em Andaraí, Casa Nova, Ibotirama, Pindobaçu (BA), Dom Pedro (MA), Alta Floresta (MT), Marabá (PA), São Lourenço (PI) e Araguaína (TO)
- ★ 2ª edição do *Fundo de apoio a projetos do Escravo, nem pensar!*

Apresentação teatral no Encontro Nacional do Escravo, nem pensar!, 2009.



2010

★ Trabalho pedagógico no acampamento Bom Jesus (TO)

★ Apoio à realização do concurso *Educar para não escravizar*, em Marabá (PA) e do Concurso da Abolição, em cinco municípios do Tocantins

★ Publicação das coletâneas de trabalhos do concurso de Marabá (PA).

★ Formações em Confresa, Porto Alegre do Norte, Sinop, Sorriso (MT)

★ 3ª edição do *Fundo de apoio a projetos do Escravo, nem pensar!*



Alunos de escola do campo, que realizaram projeto multidisciplinar em 2010, com professores de Confresa (MT), formados pelo ENP! em 2009.

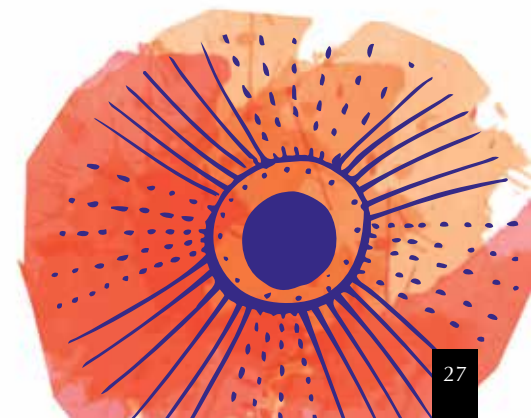
★ Formações em Itupiranga, Xinguara (PA) e Avelino Lopes, Baixa Grande do Ribeiro, Cristalândia, Parnaguá (PI)

“São estes resultados que não são palpáveis, muito subjetivos e que são resultados que transformam aos poucos a forma de ele [professor] atuar, de ver o mundo. Enfim, são valores que você vai transformando. As pessoas passam a ver diferente e a compreender que aquele que sai [do município] passa por toda uma situação de exploração lá fora e quando chega ao município, às vezes, tem determinado comportamento que é fruto de uma violação sofrida. Nem todo mundo que migra passa por uma situação de trabalho escravo. Mas, normalmente, os que passam por isso são os que migraram. As pessoas não conseguem ter a dimensão das causas dessa migração. ‘Ah, o trabalhador piauiense migra por uma questão cultural. Não estão nem aí’. Mas não é isso. [Após a formação do ENP!], você passa a ter uma dimensão muito maior da problemática. Eu acho que o Escravo, nem pensar!, da Repórter Brasil, tem este peso e esta contribuição concreta na problemática do trabalho escravo nas escolas e com professores e gestores públicos.”

Lucinha Feitosa, agente da CPT em Teresina (PI)



★ 4ª edição do *Fundo de apoio a projetos do Escravo, nem pensar!*



Linha do tempo: as conquistas do ENP!

2011



Lançamento do site do programa
www.escravonempensar.org.br



Publicação dos cadernos temáticos
Cadeias produtivas e trabalho escravo
e *Deserto verde – o impacto do cultivo*
de eucalipto e pinus no Brasil



Publicação do caderno *Experiências*
comunitárias de combate à escravidão
2010, coletânea dos projetos apoiados
pelo Fundo de apoio.



Formações em Pindaré-Mirim (MA),
Juara (MT) e Novo Repartimento (PA)



Professores na formação de
Pindaré-Mirim (MA), 2011.



5ª edição do *Fundo de apoio a*
projetos do Escravo, nem pensar!

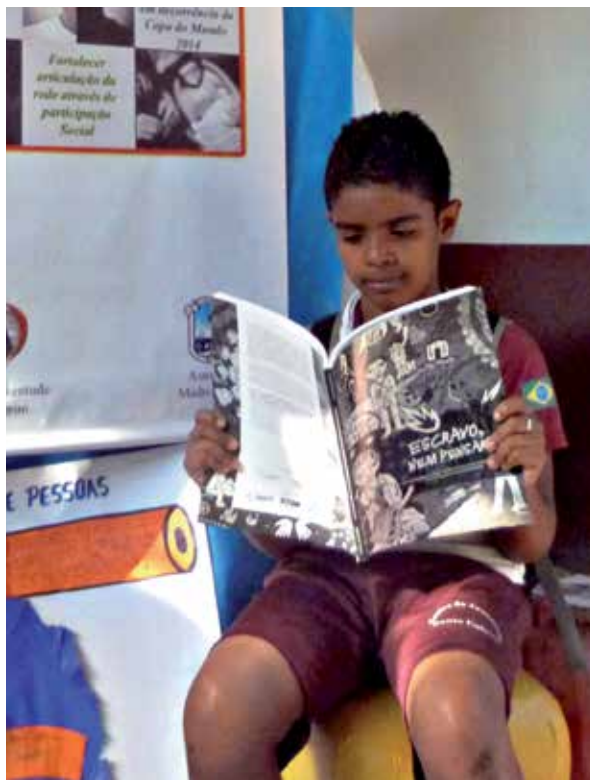
Alunos de escola de Itupiranga
(PA), que realizaram projeto
multidisciplinar em 2010, com
professores formados pelo ENP!
em 2009.



2012

- ★ Fechamento do escritório de Araguaína
- ★ Lançamento do livro *Escravo, nem pensar! – Uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade*

Aluno de escola de Teresina (PI), 2013.



- ★ Menção honrosa, junto com a Agência de Notícias da Repórter Brasil, no Prêmio Anamatra 2012 de Direitos Humanos no Mundo do Trabalho
- ★ 2º lugar no Prêmio Educação em Direitos Humanos, do Ministério da Educação
- ★ Publicação dos cadernos temáticos *Tráfico de pessoas – Mercado de gente e Migrações – O Brasil em movimento*
- ★ Publicação dos fascículos *Trabalho escravo urbano* e *Trabalho escravo e destruição do meio ambiente*
- ★ Publicação do caderno *Experiências comunitárias de combate à escravidão 2011*, coletânea dos projetos apoiados pelo Fundo de apoio.
- ★ Formações em Eldorado dos Carajás, Pacajá e Rio Maria (PA)
- ★ 6ª edição do *Fundo de apoio a projetos do Escravo, nem pensar!*

Cerimônia de premiação do Ministério da Educação, em Brasília (DF), 2012



Trabalho de alunos de escolas de Rio Maria (PA), 2013

- ★ Apoio à realização do concurso *Educar para não escravizar*, em Rio Maria (PA)

Linha do tempo: as conquistas do ENP!

2013

- ★ Reformulação da identidade visual do programa



Logo antiga



Logo atual

- ★ Reformulação do site

- ★ Lançamento do jogo *Escravo, nem pensar!* para o público infanto-juvenil



- ★ Publicação do caderno *Experiências comunitárias de combate à escravidão 2012*, coletânea dos projetos apoiados pelo Fundo de apoio.

- ★ Publicação do caderno temático *Moendo gente – A situação do trabalho nos frigoríficos*

- ★ Formações em Cáceres e Juara (MT) e Codó (MA)

- ★ 7ª edição do *Fundo de apoio a projetos do Escravo, nem pensar!*

“Deu muito trabalho, mas foi muito gratificante. Agora mesmo com a culminância, no lançamento da cartilha do concurso, todos gostaram muito do formato, viram o resultado. Até então a gente não tinha produzido algo nesse porte.

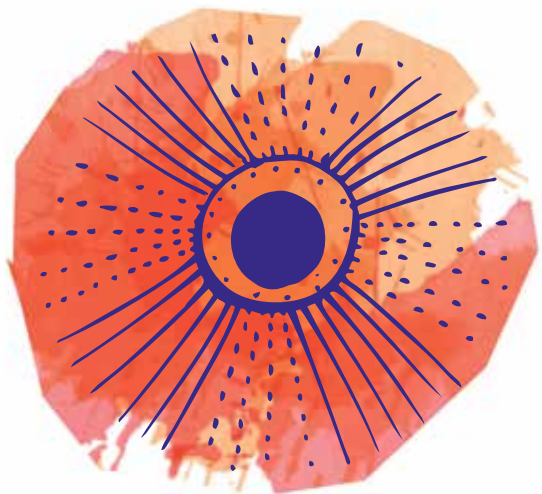
Digo que não tínhamos produzido algo nesse porte em termos de alcance. Teve uma dimensão muito maior. No começo, pensamos mesmo em atingir só o município, e veio a ideia de publicar a cartilha. Quando você vê todo trabalho publicado na cartilha, a gente se empolga. E agora outras colegas professoras de outros municípios gostaram do material e querem. É um trabalho que vai ser divulgado em vários municípios, em todo Brasil; onde a ONG e a CPT forem, vão levar.

Nesse processo, houve mais envolvimento, um trabalho mais em equipe; envolvemos não só professores mas toda a comunidade, os pais, a sociedade de forma geral. E todos participaram. Não foi só dentro da escola: desde o guarda e a merendeira até a comunidade, todos estiveram envolvidos. Foi um trabalho diferenciado. Nos outros projetos a gente reunia os pais em uma reunião, mas desse jeito não tínhamos feito. E agora estamos trabalhando com alfabetização e tentando envolver a comunidade também, do mesmo jeito.”

Tomázia Pereira Silva, gestora pública de educação em Rio Maria (PA)

Aluno cuida de horta comunitária da escola de Ibotirama (BA), apoiada pelo ENP!, 2013.



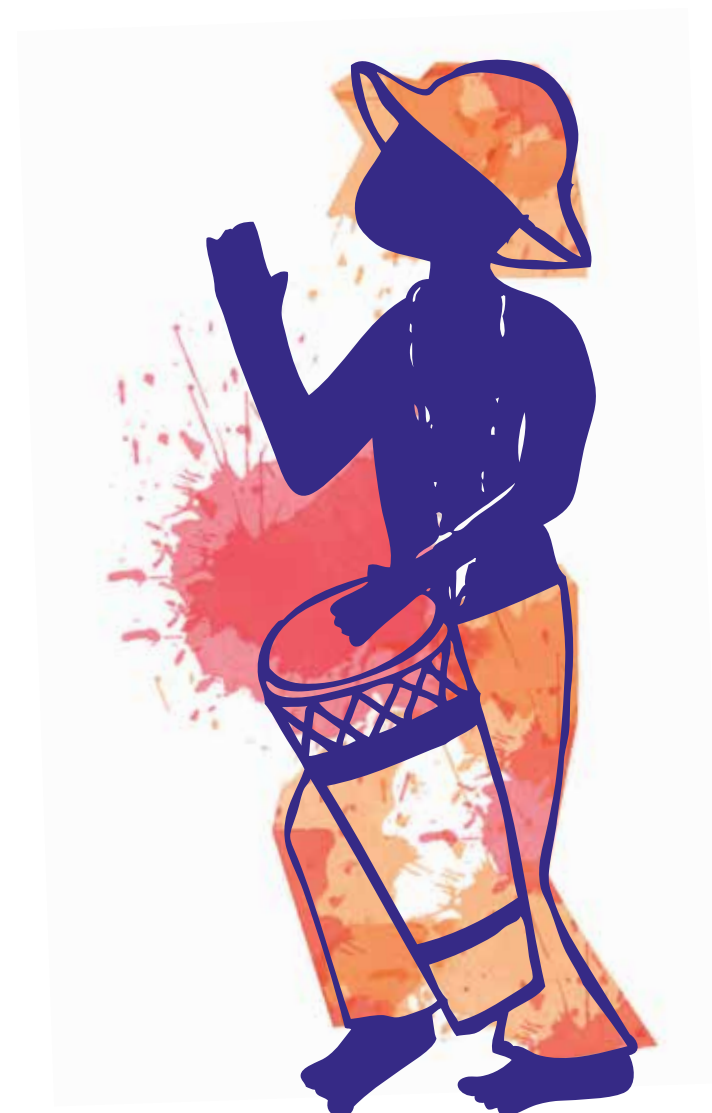


Histórias de vida

Nestes dez anos de caminhada, o *Escravo nem pensar!* percorreu milhares de quilômetros e encontrou muitas histórias: de conflitos e resistência, de dor e esperança, de violência e renascimento. Com isso, a teoria trabalhada nas formações se materializa na realidade; e a realidade continuamente dá corpo à teoria.

Muitas dessas histórias são de professoras participantes. Suas vidas se misturam ao contexto da escravidão contemporânea e compõem a dimensão real da história que se constrói no interior do país. Seu engajamento no desenvolvimento de ações e o compromisso com a prevenção ao trabalho escravo dão rosto e nome aos resultados alcançados pelo programa. O que realizaram em cada uma de suas comunidades é imensurável. São essas histórias que tornam tão rica a experiência do *Escravo, nem pensar!*, e aqui apresentamos algumas delas.

Por **Carolina Motoki**



“Eu voltei a falar”

Maria Oneide Costa Lima, São Geraldo do Araguaia (Pará)

Vou convidar Oneide, Rosa, Ana Maria,
A mulher que noite e dia
luta e faz nascer o amor
E reunidos no altar da liberdade
Vamos cantar de verdade
Vamos pisar sobre a dor, ê ê!
[“Gente nova”, de Zé Vicente, canto das CEBs]

Maior de 1980, Araguaína, norte goiano, hoje Tocantins. Três tiros encomendados por um consórcio de prefeitos e fazendeiros arrancaram a vida de Raimundo Ferreira Lima. Gringo, como era conhecido, era sindicalista. E também marido e pai. Em São Geraldo do Araguaia, Oneide ficou sozinha aos 30 anos para criar os seis filhos – o mais novo tinha nove meses e o mais velho, 12 anos.

Na região, muitas famílias de sindicalistas ficaram órfãs, como a de Gringo: a de Expedito Ribeiro e a de João Canuto, em Rio Maria, no Pará, e de outros tantos que tombaram na mesma luta pela terra. Antes, a população já sofrera intensa repressão: bases do Exército foram instaladas para dar fim à Guerrilha do Araguaia. Oneide e Gringo conviveram com os guerrilheiros e viram padres, militantes e camponeses serem presos, torturados, mortos. Em uma madrugada, tiveram de fugir de barco e se refugiar em São Félix do Araguaia, nordeste de Mato Grosso, entre 1970 e 1972, pois Gringo poderia ser acusado de ser terrorista e subversivo por “gostar de

ler e saber da lei”. O exílio forçado possibilitou a convivência com Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix, e a formação nas Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs. “Foi a partir daí que começamos esse espírito de luta”, afirma Oneide.

Após a morte de Gringo, ela foi trabalhar com os padres franceses Aristides Camio e Chico Gouriou, na Comissão Pastoral da Terra. “Quando ele morreu, eu falei: vou vingar a morte dele fazendo o que ele fazia. Ele não tinha medo, e eu também não vou ter medo”, relembra. E enfrentou os inimigos.

Foi difamada. Panfletos de maledicência foram atirados de avião sobre todas as comunidades da região. Camponeses que não sabiam ler os penduraram na parede, pois acharam bonita a fotografia daquela mulher de luta. E, quando sabiam do seu conteúdo pela própria Oneide, ajudavam-na a rasgar o material.

Foi presa na própria casa. Não podia sair para nada, um policial a vigiava. Teve suas memórias roubadas, quando levaram um álbum de fotografias e outro de recortes com as notícias da morte do marido, que guardava para mostrar aos filhos quando crescessem.

Foi perseguida. E ameaçada de que não sobriaria nem uma galinha viva no terreiro para contar a história.

Foi silenciada. Além da violência do Estado, a pistolagem era lei nos conflitos de terra. E Oneide sabia melhor do que ninguém que as ameaças se tornavam realidade. “Fiquei com medo de eles me matarem, e os meninos ficarem sem pai, sem mãe.

Aí, eu dei um tempo.” Cinco anos depois da morte do marido, Oneide se calou, e, como professora, encontrou na escola Raimundo Ferreira Lima, nome de Gringo, um refúgio. A escola está localizada na zona urbana do município de São Geraldo do Araguaia, no sul do Pará. Anos mais tarde, em 2007, com a proposta de levantar a discussão sobre trabalho escravo na escola, Oneide viu a chance de voltar a falar. “Fiquei calada mais de dez anos. Os meus filhos falavam que não estavam me reconhecendo. Quando eu participei do *Escravo, nem pensar!*, pensei: ‘É uma maneira de eu falar, através desse projeto’. E comecei a voltar a ser como era antes.”

A escola, que recebe muitos alunos da zona rural, realizou três projetos sobre o tema do trabalho escravo, apoiados pelo *ENP!*, e se tornou uma referência. A partir do debate em sala de aula sobre direitos, alunos que trabalhavam nos comércios da cidade se organizaram para denunciar as irregularidades trabalhistas que impediam a continuidade dos seus estudos. Durante as discussões, um aluno e alguns pais se reconheceram na situação de trabalho escravo. Havia também parentes de professoras que trabalhavam na administração de fazendas, inclusive autuadas pelo Ministério do Trabalho.

A realidade estava ali, na sua frente, a ser descortinada e desconstruída. E, passados tantos anos, Oneide reencontrou a forma de manter Gringo vivo e presente, não só no nome da escola, mas também na luta a que se dedica, enquanto ela mesma renasce. E segue firme, pisando sobre a dor, em busca da liberdade.



Representação teatral
no Festival da Abolição,
Tocantins, 2008

*"O Escravo, nem
pensar! mudou a
minha vida"*

Elbna Carvalho, Santa Luzia (Maranhão)

No mundo que combato
morro
No mundo por que luto
nasço

[*"Identidade"*, poema de Mia Couto]

"Me senti tocada por ter meu pai lavrador. Por diversas vezes, para sustentar a família de 14 filhos, ele teve que se sacrificar muito." Quem se emociona é a professora Elbna. Ela estava na turma da formação realizada pelo *Escravo, nem pensar!* em 2006, em Santa Luzia (MA). Naquele dia, chocou-se ao perceber que seu pai, assim como muitos familiares de professores participantes, havia sido um trabalhador escravo. Isso não podia ser normal. A exploração não podia ser natural.

"O curso resgatou na gente uma sensibilidade muito grande. A partir daí eu vesti a camisa com muita vontade: agora que já sei, não posso mais ficar calada, fechar os olhos e não fazer nada."

Elbna, professora, já tinha história de militância na Pastoral da Educação e no movimento sindical. Mas considera que sua vida mudou depois que teve contato com a realidade de milhares de trabalhadores escravizados. Seu envolvimento com a defesa dos direitos humanos ganhou outra dimensão e preencheu o seu dia a dia.

Após a formação da Repórter Brasil, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán, de Açailândia (MA), realizou durante nove meses encontros de formação em Santa Luzia para aprofundar a discussão sobre trabalho escravo. A ideia era formar um núcleo da entidade naquele município. E não à toa. Desde então, multiplicaram-se as denúncias, e Santa Luzia passou a ocupar os primeiros lugares no indesejado ranking da escravidão no Maranhão.

Nesse processo, Elbna tornou-se uma referência. É ela quem acolhe e recebe os trabalhadores na

cidade. E, no triste choque desse contato, encontrou sua missão. "Foram vivências que impactaram a minha vida e a fizeram mudar muito."

Tempos atrás, trabalhadores a alertaram de que tinha gente querendo saber, em tom de ameaça, quem era a pessoa que recebia as denúncias de trabalho escravo. Mas Elbna, apesar de tomar alguns cuidados, não se intimidou, e acredita que isso foi uma reação à seriedade de seu trabalho. "Às vezes, eu sou até um pouco desleixada com minha vida pessoal, porque chego a pensar muito mais nessa minha missão do que em me resguardar um pouco", avalia.

E a coragem para enfrentar os riscos, ela tira da luta. O contato com essa realidade é duro, e o roubo da dignidade dos trabalhadores escravizados pode fazer questionar os rumos da humanidade. Ao mesmo tempo, Elbna acredita que a justiça também traz frutos a quem se coloca ao lado de quem teve seus direitos violados. "Isso trouxe para mim também outros sentimentos, sentimentos que eu já cultivava. Esse trabalho me deu mais coragem do que eu imaginava ter. Hoje tenho uma força, uma fortaleza."

Em 2013, Elbna iniciou um trabalho de visitas a comunidades rurais, em que faz conversas e explica o que é trabalho escravo e a quem se pode denunciar. "Sei que é um desafio grande. Só no município de Santa Luzia temos 185 comunidades. Não sei se irei a todas, mas quero deixar semente por onde eu passar." Assim, ela vai abrindo o seu caminho por novas terras. E segue o bom combate que anuncia vida.

"A formação foi decisiva para nortear a função social da escola"

Alessandra Mendes e Jaqueline Rodrigues Bernardo, Confresa (Mato Grosso)

Erguendo a fala gritando Reforma Agrária
porque a luta não para
quando se conquista o chão

[Floriô, canto de Zé Pinto]

O assentamento da Vila Jacaré Valente enfrentava muitas dificuldades quando as professoras Alessandra e Jaqueline, que ali vivem e lecionam na escola local, participaram em 2009 da formação do *Escravo, nem pensar!* em Confresa (MT), município com maior número de projetos de reforma agrária do país.

As pastagens, incentivadas à época da criação do assentamento, estavam degradadas, e a maioria das famílias, sem roça, tinha de comprar todos os produtos para a sua alimentação. Muitas vendiam seus lotes e migravam para a cidade, onde ficavam em situação ainda pior. E a evasão dos alunos da escola do assentamento, que partiam para trabalhar nas fazendas, era mais uma consequência. Muitos deles acabavam escravizados. "Para mim, só havia o trabalho escravo colonial. Infelizmente, eu estava cega para isso [o trabalho escravo contemporâneo]. Deparar com aquela informação foi um choque", revela Alessandra.

Conhecer as relações entre o trabalho escravo e o modo como a estrutura fundiária se organiza no Brasil foi fundamental para as professoras compreenderem o contexto em que estavam inseridas, e para despertarem para uma realidade próxima, que afetava a vida da escola. "A partir do encontro, a gente começou a olhar a comunidade com outros olhos, a buscar o que estava ali relacionado com o

tema [do trabalho escravo]. A gente passou a conhecer bem a questão de ter muita evasão na escola, e começou a olhar o problema com os olhos mais críticos", lembra Jaqueline.

A partir de então, as professoras puderam re-dimensionar o papel que a escola deveria cumprir na comunidade e imaginar como a instituição poderia incidir sobre essa realidade. "A formação foi muito importante e decisiva para nortear até mesmo a função social dessa escola", avalia Alessandra. A evasão dos alunos deixou de ser considerada um problema individual e familiar: era resultado de um contexto mais amplo.

O desenvolvimento de um projeto de prevenção à escravidão, apoiado pelo *Escravo, nem pensar!*, foi o caminho escolhido pelas professoras para abordar o tema com a comunidade e, assim, debater a situação do próprio assentamento. Foi o primeiro apoio financeiro que chegou à escola recém-estadualizada, que ainda não tinha recebido recursos nem mesmo da Secretaria de Educação. "Aquilo foi tão gratificante que a comunidade também se sentiu muito valorizada. Ela recebeu aquilo como um mérito; aquilo foi deles. E deu credibilidade para a escola", afirma Alessandra.

Assim, as atividades do projeto, realizadas na escola, funcionaram como um elemento aglutinador da comunidade e transformaram a relação das famílias com o próprio assentamento. "A comunidade abraçou a causa junto com a gente, e de lá pra cá tem andado junto com a escola", comemora Jaqueline.

As professoras contam que foi despertado o sentido de colaboração, e a comunidade passou a se sentir responsável pela escola, contribuindo para a realização de outras ações mesmo depois do encerramento do projeto. Hoje, uma horta comunitária é cuidada pelos alunos na parte da manhã e, na parte da tarde, pelos pais. Boa parte da alimentação servida na merenda é produzida por todos.

A comunidade compreendeu que tem autonomia para realizar ações mobilizadoras, sem depender de troca de favores políticos. E que a escola tem papel fundamental na permanência dessas famílias no campo, com dignidade, livres da escravidão.



"Hoje não me sinto inferior a ninguém"

Maria Benedita Nunes Barbosa, Parnaguá, Piauí

Tava durumindo, cangoma me chamou
Disse: levanta, povo, cativo já acabou
[Canto popular de domínio público]

Benedita é negra. E sentiu na pele o preconceito pela cor que carrega. E por viver na roça. E por ser esposa de vaqueiro. Muitas vezes, trabalhou duro por um prato de comida. "Todo tipo de humilhação eu passei. Minha vida foi muito sofrida, mas venci. Porque eu tinha vontade, e agora estou aqui. Não conto os diplomas que tenho hoje", relata.

Seu vencer, no entanto, foi sempre visto com maus olhos pelos outros. Ao assumir o cargo de coordenadora de educação no município de Parnaguá, no sul do Piauí, onde nasceu e ainda vive, enfrentou seu maior desafio. "Antes, achei que tinha um grupinho ali que não ia me aceitar pelo fato de eu ser negra. Mas era a negra que estava lá; era a negra que tinha competência, que tinha capacidade para assumir o cargo", desabafa.

Apesar das conquistas, o olhar preconceituoso dos outros fazia com que se sentisse inferior. "A única coisa que eu sentia e entendia é que era inferior a todo mundo; só bastava ter a pele mais clara do que eu, o cabelo assim, mais liso que o meu, eu achava que eu tinha que estar lá embaixo", relata. Ao participar da formação do *Escravo, nem pensar!*, em 2010, com a discussão sobre direitos e com a

percepção de como a realidade foi sendo construída, mudou sua concepção sobre a escravidão e a compreensão sobre sua própria condição. "Só quero dizer que estou muito feliz. Isso veio como uma luz em minha vida, abriu minha mente, meus olhos. Não me sinto inferior a ninguém, de jeito nenhum."

Na escola em que assumiu a direção, Benedita ajudou a inserir o tema do trabalho escravo no projeto pedagógico e sugeriu que a proposta do *Escravo, nem pensar!* se tornasse uma disciplina com o mesmo peso das outras, envolvendo todos os debates que cercam a problemática. Ela identifica que muitos alunos sofrem com o preconceito, como ela mesma sentiu a vida toda. E diz que isso tem de acabar.

Para ela, quanto mais pessoas se envolverem nessa discussão, será possível formar um mutirão para transformar um pouco a sociedade, o que irá contribuir com a libertação de cada um. "Se você vir alguém sendo discriminado, você [pode] saber como defender; agora, sim, posso defender alguém, sei como defender, tanto a mim quanto aos outros. Meu pensamento agora é outro. Hoje eu sou outra pessoa."



*Apresentação
de paródias dos
alunos da escola
municipal Pedro
Vale, em Marabá
(PA), 2010*





Nossas memórias e registros

Muitas pessoas fizeram parte da equipe do *Escravo, nem pensar!*. O programa também foi transformador na vida desses jovens, que escolheram dedicar parte da sua vida profissional e pessoal ao combate do trabalho escravo. Juntos, foram responsáveis por criar e reinventar o programa tantas vezes fosse necessário. Muitos dos seus sonhos puderam, nos caminhos do *Escravo, nem pensar!*, tornar-se realidade. Outros foram re-adaptados, mas nunca frustrados.

Nas páginas a seguir, rememoram, em poucas palavras, um pouco do significado do programa para suas experiências.

Vivências



Carolina Motoki

coordenadora do
escritório regional de
2007 a 2012

“Fazer parte do ENP! foi muito definidor na minha vida, por possibilitar percorrer os caminhos rumo ao ‘sertão’ e ao norte com atenção especial às questões com as quais o programa trabalha e, assim, conhecer um Brasil que o centro-sul urbano desconhece e impacta. A mudança foi literal: me transferi de São Paulo para o Tocantins, e isso me proporcionou um outro olhar sobre o mundo, a partir do que se considera a periferia. O ENP! possibilitou encontros com pessoas incríveis, e me ensinou o verdadeiro sentido da expressão ‘companheiros de luta’ – agora de vida. Viver no norte do país, entre o Cerrado e a Amazônia, com todas essas pessoas, aprofundou e conferiu radicalidade às minhas ideias e aos meus sonhos, e me libertou de certas ‘necessidades’. Ao mesmo tempo, me encheu de esperança ao perceber que os ideais já são realidade nas comunidades que têm no bem viver e na simbiose com a natureza suas prioridades, ainda que isso seja visto por alguns como atraso.”



Rio Araguaia, Xambioá
(TO), 2008

Fernanda Broggi

estagiária do programa
desde 2012

“Por ter sido minha primeira experiência de trabalho, o ENP! teve papel decisivo nas escolhas que tomei em minha vida. Entrei no programa com 18 anos, quando estava cursando o segundo ano do curso de Ciências Sociais. O meu incipiente interesse por educação foi o que me trouxe ao programa. Ele não apenas confirmou meu interesse pela disciplina, como mostrou ser absolutamente real o potencial transformador da educação. Os frutos e desdobramentos gerados pelas ações do programa são surpreendentes e inspiram meus estudos sobre Educação.”

“O ENP! me deu a oportunidade de vivenciar, por meio do trabalho com a Educação, experiências muito ricas de trocas de saberes e aprendizagens em diferentes cantos do país. Nosso trabalho era marcado por um contínuo fazer-refletir-agir e esse processo me ajudou a crescer como pessoa e como profissional. Vi o programa (e a própria Repórter Brasil) crescer e descobrir suas potencialidades. Ao mesmo tempo, descobria em mim habilidades e capacidades que nem imaginava. Das tarefas mais corriqueiras aos grandes desafios criativos e intelectuais, tive a chance de oferecer todas as minhas competências ao programa e de somar minhas forças aos colegas de trabalho mais incríveis.”

Fabiana Vezzali

educadora e
coordenadora
entre 2008 e 2011



Jane Cavalcanti

estagiária no escritório de Araguaína entre 2009 e 2010

“O ENP! me trouxe uma visão inovadora da Educação: uma educação mais atuante, voltada para a vida prática das pessoas, principalmente aqui na região Norte.”

Kátia Maria da Silva

estagiária no escritório de Araguaína entre 2008 e 2009

“Por meio do ENP!, aprendi a ver o melhor das pessoas porque, por onde passei e em cada pessoa que conheci, vi a força e coragem de lutar por algo melhor para a sociedade. Me orgulho de ter feito parte desse incrível projeto que busca levar a liberdade através do meio mais eficiente que existe: a educação.”

Lenise Paixão

estagiária no escritório de Araguaína entre 2010 e 2011

“Quando iniciei no programa, estava cursando o quarto período da faculdade de Ciências Jurídicas, e o programa me trouxe uma nova percepção do Direito, de busca real dos direitos não só trabalhistas, mas também dos direitos e garantias individuais dos trabalhadores. Pensar em trabalho escravo é como pensar na abdução de todos os direitos do cidadão. Vejo, hoje, que a experiência que tive nesse trabalho foi essencial para meu amadurecimento como pessoa, cidadã e profissional do Direito, sempre na defesa de uma sociedade, mais justa e igualitária.”

Marina Motoki

estagiária e educadora desde 2012

“Ir a lugares diferentes e ter contato direto com as pessoas que vivem e atuam ali me permitiu pensar nas coisas de outra forma, a olhar para o ‘estranho’ a partir da perspectiva do outro e entender que aquilo não é estranho, apenas diferente. O que você considera como ‘bom’ ou ‘ruim’, ‘atrasado’ ou ‘avançado’ se torna relativo, mas, claro, tendo em vista que os problemas e as relações de exploração e de dominação não deixam de existir, e é por isso que atuamos ali. Profissionalmente, o ENP! me fez mergulhar em algo novo, no mundo da educação, não aquela a que estamos habituados, mas uma de outro tipo, que tem a capacidade de sensibilizar e transformar, de aprender com o outro mais do que ensiná-lo.”

Maurício Monteiro

educador entre 2004 e 2006

“O ENP! me trouxe a inquietação incurável de querer me mudar para cada uma das cidades por onde passei e a noção permanente de que existe um Brasil profundamente real longe das manchetes, que demanda que o levemos em conta a cada mínima ação que tomamos na vida.”



Ana Severiano
educadora entre
2005 e 2006

“O ENP! reunia, desde sempre, grandes qualidades: profissionais engajados e competentes, bom material didático e um esforço contínuo em tornar dinâmica a discussão de um assunto complexo, mesmo quando trabalhávamos com públicos tão diferentes entre si. Além das formações intensivas com lideranças e professores, acredito que o aperfeiçoamento da seleção dos participantes e um investimento e acompanhamento maior dos projetos de comunicação comunitária tenham sido pontos-chave para a continuidade do programa.”

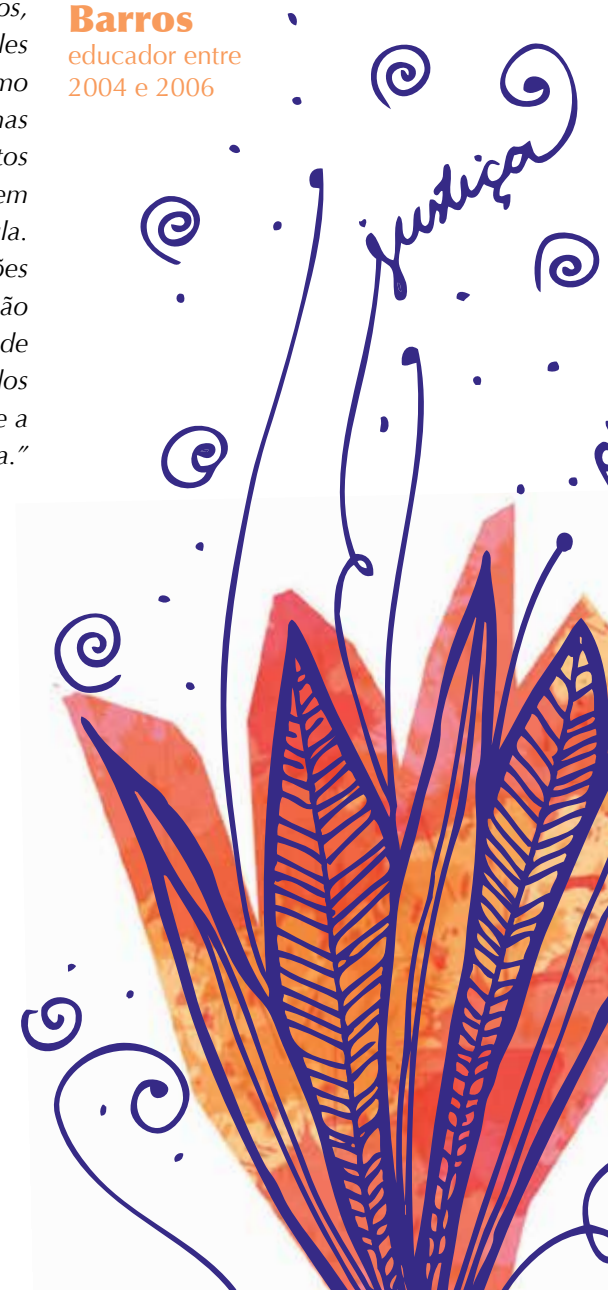
Formação de professores
em Novo Repartimento
(PA), em 2011

“A principal virtude do ENP! é apostar e investir no professor. Num país em que esses profissionais são pouco valorizados e extremamente cobrados, o programa é essencial para apresentar a eles novas metodologias de educação. Ao mesmo tempo, o programa coloca em pauta temas importantíssimos (como o respeito aos direitos humanos e aos direitos trabalhistas), que nem sempre têm a devida atenção em sala de aula. Dessa maneira, o programa ataca duas limitações do sistema educacional brasileiro: a qualificação dos professores e a inserção em sala de aula de assuntos mais conectados com a realidade dos brasileiros – já que é no mundo do trabalho que a maior parte das pessoas passa a sua vida.”

Caetano Patta
estagiário em 2012

“O ENP! é um programa que funciona porque atua diretamente nos locais que apresentam o problema que pretende combater, mas com a preocupação de compreender e levar em conta as especificidades políticas, econômicas e culturais de cada cidade por onde passa. Certamente, essa preocupação e o rigor da preparação dos integrantes da equipe fazem a diferença.”

Carlos Juliano Barros
educador entre
2004 e 2006



O programa funciona...

**Cibele
Lima**

estagiária entre
2009 e 2010

“... primeiro, porque tem uma equipe empenhada que faz de tudo para dar certo, mesmo com as dificuldades. Não é fácil dar conta de tanto passo a passo, tantos prazos e metodologias, além da dedicação aos estudos. Realmente, essa dedicação é grande parte do sucesso. Segundo, porque o país não possui políticas eficientes de prevenção e combate ao trabalho escravo. O ENP! cumpre um papel importante, algo que deveria ser política pública em todas as áreas, inclusive na educação. O ENP! (e a Repórter Brasil) dá voz a esses locais tão sugados, tão sangrados pela ganância capitalista. Mas em todo lugar tem gente disposta a lutar, só falta quem organize essa luta, e de certa forma o programa, articulando seus parceiros locais, somando com a CPT e outras entidades, também ocupa esse espaço de organização.”

“... porque ele se faz e se transforma permanentemente no diálogo com os educadores e lideranças. Por isso, é um programa que responde às suas inquietações de maneira sensível, profunda, mas também muito direta e viável. E é isso o que leva ao engajamento e comprometimento com a prevenção ao trabalho escravo (nos municípios e comunidades).”

**Fernanda
Sucupira**

coordenadora entre
2006 e 2009

“... por ser formado por pessoas que acreditam na importância do que fazem; que pensam o trabalho escravo como algo terminantemente inaceitável e a garantia dos direitos humanos como uma urgência. Funciona porque atua em verdadeira parceria com as organizações e lideranças dos locais aonde vai, sempre com delicadeza e humildade. Funciona porque sistematiza suas práticas, consolida seus conhecimentos, problematiza e aprofunda sua atuação. Funciona porque se repensa o tempo todo, é um programa em constante transformação, muito preocupado em fazer de si próprio o melhor possível, dentro de todas as suas limitações.”

**Erika
Kulesa**

educadora entre
2008 e 2009

**Gabriela
Castello**

educadora entre
2007 e 2009

“... por vários motivos. Tem um pouco de desejo de mudança. Um pouco de luta por um país mais justo. Um pouco de garra e de coragem dos que passaram por seu programa. Um pouco de amor. Um pouco de vontade de transformar a condição dos trabalhadores do campo. Uma parte de amizade. Outra de generosidade. Um pouco de utopia. Um pouco de raiva. Um pouco de medo. Um pouco de ilusão por uma sociedade melhor. E, talvez, por fim, um pouco mais de ilusão.”

**Natália
Suzuki**

coordenadora
desde 2011

“... porque ele não é um fim em si mesmo; ele está sempre olhando e dialogando com o outro. As diversas equipes que passaram por ele tiveram a humildade, a serenidade e a maturidade de compreender que o processo educacional é uma via de mão dupla: a gente tem a incumbência de ensinar mas, sobretudo, a obrigação de aprender.”

'Causos'

“Em Santa Luzia, no Pará, eu e minha colega de curso ficamos hospedadas em um convento. Era uma situação bastante inusitada. Jogávamos cartas com as irmãs e falávamos amenidades. Mas não só amenidades. A irmã superior perguntou-nos certo dia se críamos em Deus. Evitamos o assunto ao máximo e, dada a insistência da irmã, prometemos que conversaríamos a respeito antes de partir – não queríamos correr o risco de ficar ao relento. No dia de nossa despedida, a irmã cobrou a promessa. Eu disse que não cria em Deus, porque nada me apontava para sua existência. Eu também penava a acreditar que, num mundo tão cheio de desgraças e misérias, pudesse haver um Senhor capaz de decidir que certas crianças passariam fome, que outras seriam exploradas ou prostituídas e que algumas pessoas sofreriam horrores em guerras ou em extrema pobreza, enquanto poucos privilegiados atravessam toda uma existência na Terra sem nunca sofrer qualquer privação, e muito poucos têm tanta posse que parecem viver em outra dimensão. Que Deus faria isso? Por fim, disse que me custava ainda mais aceitar uma Igreja em que uma mulher não possa ter o mesmo status que um homem. Embora dissesse compreender meu raciocínio sobre a falta de fé num Ser maior, a irmã discordou, claro. Porém, quando me referi à estranha impossibilidade de uma mulher ministrar uma missa, para a minha surpresa, ela consentiu. Disse que, de fato, isso era algo que precisava mudar na Igreja, e que ela era uma das pessoas que lutava por essa transformação na Instituição. Foi incrível ter essa conversa com uma freira. Pela tolerância que ela teve comigo e pela surpresa boa que tive com ela. Ainda hoje torço para que a briga dessa irmã seja vencida.”

Andrea Leal, educadora entre 2005 e 2006

“Era 2007, em Ananás, Tocantins. Minha primeira formação de professores pelo *ENP!*. Um choque de realidade. Fomos recebidos por militantes da CPT ameaçados de morte por denunciar o trabalho escravo além de diversos outros crimes contra trabalhadores, cometidos a mando de grandes latifundiários da região; familiares de pistoleiros assistiam à formação, o que conferia uma tensão constante ao curso. Enfim, um lugar evidentemente regido pela lei da pistola e pelo poder dos coronéis. Em um vídeo que passamos na formação, algumas professoras reconheceram entre os trabalhadores libertos pelo Grupo Móvel garotos que haviam sido seus alunos. Descobriram a existência do trabalho escravo, e debaixo do seu nariz. E eu, em pleno século 21, descobri um Brasil que acreditava que tivesse ficado nos livros de história. Ampliar constantemente meu senso de realidade é uma das boas lembranças que tenho do *ENP!*.”

Joana Moncau, educadora entre 2006 e 2008

“Nunca me esqueço da primeira capacitação (ainda tinha esse nome) piloto em Barras, no Piauí, com a participação de Dona Teresa, uma senhorinha guerreira, líder de um assentamento nos arredores da cidade. Dona Teresa devia ter uns 70 anos; chegou de ônibus, tendo caminhado mais de 10 km até o ponto, para dar seu depoimento aos professores que participavam do encontro. Com voz mansa e aquele jeito roceiro lindo de falar, contou episódio a episódio sua história de luta e resistência contra os jagunços de seus ex-patrões. O relato era de uma força e de uma humildade comoventes. No fim da sua fala, ela começou a cantar uma canção ali do folclore regional, e logo passou a ser acompanhada por toda a mulherada (principalmente) da turma. Ficamos ali, eu e o Maurício Monteiro, minha dupla do *ENP!* na época, arrebatados pela força daquele momento, emocionados pra caramba, tentando segurar o choro e, ao mesmo tempo, gratos por estar vivendo aquilo.”

Claudia Carmello, educadora entre 2005 e 2006

Formação de professores em Ananás (TO), em 2007





“A coisa mais impactante que se passou comigo no ENP! foi no final do Encontro Nacional do programa, realizado em Açailândia (MA), em 2009. Depois de meses de trabalho insano na organização do evento e três dias de esgotamento para garantir o encontro, cada uma das pessoas que se despediu da equipe nos injetou uma força inesperada. Juntar as pessoas de todo o Brasil que fizeram parte da história do ENP! produziu uma energia que carrego comigo até hoje.”

Mariana Sucupira, educadora entre 2005 e 2010

“Lembro com carinho da primeira formação que realizei junto com Thiago Casteli, em Eldorado dos Carajás (PA). Em determinado momento, quando discutíamos a linha do tempo da questão agrária, falamos sobre a Guerrilha do Araguaia e percebemos que ali, naquela sala, estavam pessoas cujas histórias familiares permeavam o evento. Uma professora revelou que não apenas conheceu alguns guerrilheiros, mas também havia sido aluna deles. ‘Eram pessoas doces e amáveis’, conforme descreveu. Outra professora se revelou filha de um homem que ajudou o Major Curió, famoso por combater duramente os guerrilheiros, a encontrá-los na mata. Finalmente, falei de minha tia-avó, que fez parte do movimento como guerrilheira, sendo posteriormente exilada. Nesse momento, todos sentimos como se a Guerrilha estivesse mais presente e próxima do que nunca, e a emoção tomou conta da formação por alguns instantes.”

Thais Favoretto, educadora desde 2012

Monumento em homenagem aos 19 trabalhadores rurais mortos no conflito agrário, em 1996, conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás. Pará, 2012.



Representação teatral do Massacre de Eldorado dos Carajás, apresentado no Encontro Nacional do Escravo, nem pensar!, em Açailândia (MA), 2009



“Numa viagem de 14 horas de ônibus de Palmas (TO) ao extremo nordeste do Mato Grosso, o ônibus quebrou, à noite, em uma estrada sem iluminação e de terra batida. No percurso, atravessei ainda o rio Araguaia numa balsa, em meio à escuridão e um silêncio meditativo. A jornada foi gratificante. Em Cofresa e Porto Alegre do Norte, estive em contato com professores maravilhosos, engajados em sua profissão e na proposta de debater temas sociais nas escolas. Pude ainda visitar escolas do campo e da cidade para conhecer suas realidades e conferir que a proposta do *ENP!* repercutiu muito bem. Carrego comigo um belo mosaico de lembranças: apresentações culturais dos alunos, conversa com trabalhadores que tinham passado pela experiência de trabalho escravo, visita a assentamentos rurais, depoimentos entusiasmantes de professores, o desmatamento e uma rica paisagem que sobrevive na transição entre o Cerrado e a Amazônia.”

Thiago Casteli, educador desde 2010

“Infelizmente, só pude participar de duas oficinas do *ENP!*: uma em Corrente, no Piauí, e a outra em Santa Luzia, no Maranhão. Na primeira cidade, eu e o meu colega Carlos Juliano Barros pensamos numa alternativa mais dinâmica para discutir a divisão de terras no Brasil, usando um gráfico que dividíamos o território brasileiro na hora – para causar o devido espanto na desigualdade – e foi um sucesso. Na cidade seguinte, comentando sobre essa experiência com a colega Andrea Leal e um grupo de educadores, lá recebemos a seguinte sugestão de uma professora: substituir o gráfico por um bolo retangular. Dessa forma, depois de demonstrarmos a grande desigualdade na distribuição de terras no Brasil, podíamos “fazer justiça” e dividir o bolo em partes iguais para todo o grupo! Foi uma delícia.”

Paula Gonçalves, educadora entre 2005 e 2006

Formação de professores de Cofresa (MT), em 2009



Apoio e parcerias

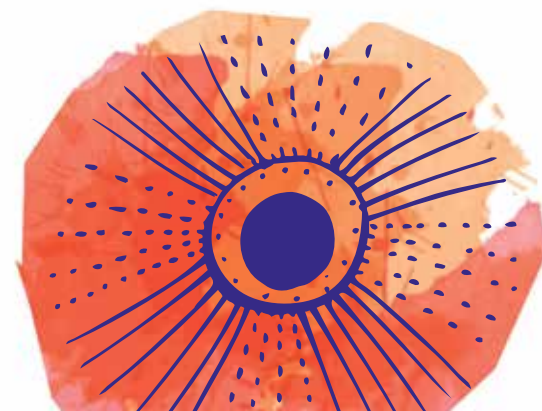
O *Escravo, nem pensar!* não teria existido e cumprido todas as suas atividades sem o apoio financeiro e institucional de diversas entidades. São elas:

- ⌚ Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
- ⌚ Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
- ⌚ Catholics Relief Services
- ⌚ Fundação Doen, da Holanda
- ⌚ Governo do Estado da Bahia
- ⌚ Governo do Estado do Mato Grosso
- ⌚ Governo do Estado do Piauí
- ⌚ Grupo de Articulação Interinstitucional para a Erradicação do Trabalho Escravo do Pará (Gaete -PA)
- ⌚ Instituto Carvão Cidadão, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ⌚ Instituto Rosa Luxemburgo
- ⌚ Ministério da Educação
- ⌚ Ministério Público Federal
- ⌚ Ministério Público do Trabalho
- ⌚ Organização Internacional do Trabalho
- ⌚ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- ⌚ Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
- ⌚ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
- ⌚ TAM Linhas Aéreas

As parcerias com entidades e indivíduos são fundamentais para o desenvolvimento das nossas ações. Desde a sua implementação, o programa tem trabalho junto com o Centro de Defesa da Vida e de Direitos Humanos Carmen Bascarán e a Comissão Pastoral da Terra, em suas ações para a erradicação do trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Contamos ainda com a participação e a colaboração de dezenas de organizações e movimentos locais, como sindicatos de professores e de trabalhadores, centros de direitos humanos e associações comunitárias, além do poder público.

Também fazemos parte das seguintes redes:

- ⌚ Campanha de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo “De Olho Aberto para Não Virar Escravo”
- ⌚ Grupo de Articulação Interinstitucional para a Erradicação do Trabalho Escravo do Pará (Gaete –PA)
- ⌚ Fórum Regional de Educação do Campo do Sul e Sudeste do Pará (FREC – PA)
- ⌚ Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo





10 anos

memória e registro

**ESCRAVO,
NEM PENSAR!**

Realização



Apoio

